



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

1

QUESTIONÁRIO DE CONTROLE INTERNO COM MATRIZ DE RISCO

ESCOPO DE ANÁLISE DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2026



Controle Interno

Aplicado ao Poder Legislativo do Município de Rio Bonito do Iguaçu

COORDENAÇÃO GERAL

Controladora Interna
Juceli Fátima de Lara Medeiros

INFORMAÇÕES

Unidade de Controladoria Interna da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu – UCI.
Rua Guarapuava, nº 171 – Rio Bonito do Iguaçu - Paraná
Telefone: (42) 99866-8033
E-mail: controleinterno@cmrbi.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

2

INTRODUÇÃO

Questionário do Controle Interno com Matriz de Risco organizado por procedimento com base no escopo de análise do Plano Anual de Atividades referente ao Exercício Financeiro de 2026 integralmente numerado e classificado, sendo um instrumento de uso interno contínuo do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu cuja finalidade é se utilizar de critérios objetivos e classificação de risco, para, de forma preventiva, concomitante e subsequente, conforme a escala de avaliação e classificação do risco avaliar os procedimentos de controle.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para mensuração considerar-se-á conforme a natureza do Poder Legislativo Municipal o impacto institucional, procedendo da seguinte forma:

CRITÉRIOS OBJETIVOS

Materialidade	Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)
Relevância	Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)
Criticidade	Baixa (1)	Média (2)	Alta (3)

Em suma, a materialidade é o critério que avalia o impacto financeiro de determinado ato, área ou procedimento sobre o orçamento e o patrimônio público. Considera-se, especialmente o volume de recursos envolvidos, a frequência das despesas e o potencial de geração de danos ao erário. Áreas ou atos com maior materialidade demandam acompanhamento mais rigoroso e contínuo por esta controladoria.

Já a relevância refere-se à importância institucional, legal e social do ato ou área controlada, independentemente do valor financeiro envolvido. São considerados aspectos de relevância o impacto na legalidade e na moralidade administrativa, os reflexos na imagem institucional da Câmara Municipal, o interesse público envolvido e a sensibilidade perante o controle externo e a sociedade.

A criticidade representa o grau de risco de ocorrência de falhas, irregularidades ou ilegalidades em determinada área ou procedimento. Na avaliação da criticidade são considerados, entre outros fatores a complexidade dos processos, o histórico de apontamentos do Tribunal de Contas, o grau de normatização interna, a maturidade dos controles existentes e a possibilidade de erro humano ou de condutas dolosas.

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Até 4	Risco Baixo	●
De 5 a 7	Risco Médio	●
De 8 a 9	Risco Alto	●

O risco baixo (até 4 pontos) terá como base critérios de:

- ✓ Formalidades operacionais;
- ✓ Controle documental interno;
- ✓ Baixo impacto financeiro direto.

A pontuação dos critérios será padronizada em:

- ✓ Materialidade: 1
- ✓ Relevância: 2
- ✓ Criticidade: 1
- ✓ Total: 4 (BAIXO)



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

3

Já para a mensuração do risco médio (5 a 7 pontos) serão considerados critérios que:

- ✓ Impactam o controle administrativo;
- ✓ Podem gerar ressalvas;
- ✓ Envolvem transparência, publicidade, registros formais.

A pontuação padrão se dará da seguinte forma:

- ✓ Materialidade: 2
- ✓ Relevância: 2 ou 3
- ✓ Criticidade: 2
- ✓ Total médio: 6 ou 7 (MÉDIO)

Por fim, a avaliação do risco alto (8 a 9 pontos) envolve critérios que se referem a:

- ✓ Limites constitucionais;
- ✓ Responsabilidade fiscal (LRF);
- ✓ Impacto no julgamento de contas pelo TCE;
- ✓ Folha, licitações, prestação de contas, sistemas obrigatórios;
- ✓ Potencial irregularidade de contas ou sanções.

Neste caso a pontuação padrão adotada é:

- ✓ Materialidade: 3
- ✓ Relevância: 3
- ✓ Criticidade: 3
- ✓ Total: 9 (ALTO)

Pontuação Final da Área = Média dos pontos das perguntas

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Respostas: Sim | Não | Parcial | Não se aplica

RESUMO E CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS BASE

1. Planejamento Orçamentário (3 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
1	Compatibilidade LDO/PPA/LOA	9	Alto
2	Plano de trabalho contemplado na LOA	8	Alto
3	Diretrizes do PPA conforme necessidades	8	Alto

2. Duodécimo (3 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
4	Repasse no prazo legal	9	Alto
5	Valores dentro dos limites legais	9	Alto
6	Devolução de sobras	8	Alto

3. Gestão Orçamentária e Financeira (13 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
7	Planejamento para aquisições	7	Médio
8	Consulta contábil prévia	8	Alto
9	Créditos adicionais legais	9	Alto
10	Conformidade dos pagamentos	9	Alto
11	Regularidade prestação contas despesas	9	Alto
12	Especificações em empenhos	7	Médio
13	Compatibilidade com PPA/LDO	9	Alto



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

4

14	Observância Lei 14.133/2021	9	Alto
15	Classificação contábil correta	8	Alto
16	Publicidade e envio ao TCE	9	Alto
17	Conciliações bancárias	9	Alto
18	Controle pagamento fornecedores	8	Alto
19	Retenção e repasse encargos	9	Alto

4. Audiências Públicas – Leis Orçamentárias (3 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
20	Realização de audiência	8	Alto
21	Registro de ata e presença	6	Médio
22	Publicidade no site	7	Médio

5. Audiência Metas Fiscais (4 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
23	Atendimento formal pelo Executivo	8	Alto
24	Lista de presença	6	Médio
25	Declaração no TCE	9	Alto
26	Ata declarada	7	Médio

6. RGF (2 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
27	Publicação no diário oficial	9	Alto
28	Publicidade no TCE	9	Alto

7. Gasto com Pessoal (11 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
29	Controle de frequência	8	Alto
30	Horas extras regulamentadas	8	Alto
31	Horas extras dentro limites	9	Alto
32	Banco de horas	7	Médio
33	Férias no prazo	7	Médio
34	Licenças legais	7	Médio
35	Gratificações legais	9	Alto
36	Salários e subsídios legais	9	Alto
37	Progressão funcional	8	Alto
38	Publicação remuneração	9	Alto
39	Pagamentos por adiantamento	8	Alto

8. Limites Constitucionais (4 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
40	Limite 7% duodécimo	9	Alto
41	Limite total Legislativo	9	Alto
42	Limite 70% folha	9	Alto
43	Extrapolação e providências	9	Alto

9. SIM-AM / SIAP (2 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
44	Remessa SIM-AM	9	Alto
45	Remessa SIAP-FP	9	Alto



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

5

10. Prestação de Contas Anual – PCA (11 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
46	Itens conforme IN TCE	9	Alto
47	Documentação CI	8	Alto
48	Prazo envio PCA	9	Alto
49	Escopo atendido	9	Alto
50	Apontamentos TCE	8	Alto
51	Conclusão das contas	9	Alto
52	Ressalvas/recomendações	8	Alto
53	Irregularidades	9	Alto
54	Remessas SIM-AM vinculadas	9	Alto
55	Relatório Controle Interno	9	Alto
56	Publicação Balanço/RGF	9	Alto

11. Licitações (7 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
57	Limites legais respeitados	9	Alto
58	Fases do processo	9	Alto
59	Inexigibilidade legal	9	Alto
60	Pregão	8	Alto
61	Aditivos contratuais	9	Alto
62	Serviços continuados	8	Alto
63	Pagamentos corretos	9	Alto

12. Diárias (15 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
64	Observância à Lei nº 1.163/2017	9	Alto
65	Compatibilidade com interesse público	9	Alto
66	Correlação com atribuições do cargo	9	Alto
67	Publicação no Diário Oficial	9	Alto
68	Publicidade no Portal da Transparência	9	Alto
69	Solicitação antecipada (2 dias)	6	Médio
70	Formulário preenchido e assinado	6	Médio
71	Despacho da autoridade competente	9	Alto
72	Restituições conforme legislação	9	Alto
73	Documentação comprobatória no prazo	9	Alto
74	Controle de não prestação de contas	9	Alto
75	Respeito aos valores fixados	9	Alto
76	Formulários completos e assinados	6	Médio
77	Empenho, liquidação e pagamento regulares	9	Alto
78	Conformidade com Lei nº 1.428/2023	9	Alto

13. Frota (10 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
79	Controle de autorizações de saída (Km x hodômetro)	7	Médio
80	Controle de abastecimento	8	Alto
81	Controle de bordo (diário de uso)	7	Médio
82	Manutenção em empresa credenciada	8	Alto
83	Relatórios de custo por veículo/Km rodado	7	Médio
84	Seguro e vistoria regular dos veículos	8	Alto
85	Identificação oficial dos veículos	6	Médio



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

6

86	Cobrança de multas do condutor responsável	8	Alto
87	Registro individual de materiais e serviços	7	Médio
88	Controle individualizado e tempestivo dos custos	8	Alto

14. Patrimônio (13 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
89	Registro contábil individualizado dos bens móveis	9	Alto
90	Especificação completa dos bens	7	Médio
91	Registro de distribuição e termo de responsabilidade	9	Alto
92	Organização e arquivamento dos processos patrimoniais	7	Médio
93	Registro analítico com valor e responsável	9	Alto
94	Procedimentos de baixa (inservível, extravio, doação etc.)	9	Alto
95	Controle cadastral completo (registro, empenho, fornecedor etc.)	9	Alto
96	Comunicação de ocorrências ao setor competente	8	Alto
97	Atualização dos valores patrimoniais	8	Alto
98	Sistema informatizado compatível com contabilidade	9	Alto
99	Inventário físico anual com identificação	9	Alto
100	Controle de movimentação e transferências	8	Alto
101	Compatibilidade sistema patrimonial x contabilidade	9	Alto
102	Registro contábil individualizado dos bens móveis	9	Alto

15. Almoxarifado (2 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
103	Controle entrada/saída	7	Médio
104	Registro contábil baixa	8	Alto

16. ITP – TCE/PR (16 questões)

Nº	Tema Resumido	Pontos	Classificação
105	Sítio Oficial atualizado e funcional	8	Alto
106	Acessibilidade conforme normas vigentes	7	Médio
107	Estrutura Organizacional publicada	8	Alto
108	Atos Oficiais devidamente publicados	9	Alto
109	Radar da Transparência monitorado	8	Alto
110	Publicação completa das Receitas	9	Alto
111	Publicação detalhada das Despesas	9	Alto
112	Convênios e Transferências divulgados	8	Alto
113	Informações de Recursos Humanos	9	Alto
114	Publicação de Diárias	9	Alto
115	Licitações e Contratos publicados	9	Alto
116	Obras (quando houver) publicadas	8	Alto
117	Planejamento e Prestação de Contas divulgados	9	Alto
118	Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) funcional	8	Alto
119	Ouvidoria ativa e com relatórios	8	Alto
120	LGPD e Governo Digital implementados	8	Alto

[illegible]



8

[illegible]

Procedimento: Suprimento Financeiro – Duodécimo

Período: janeiro a dezembro

Periodicidade: mensal/contínua

[illegible]

[illegible]

Procedimento: Gestão Orçamentária e Financeira

Período: abril, agosto e dezembro

Periodicidade: quadrimestral

[illegible]

[illegible]

[illegible]

12

[illegible]

Procedimento: Audiências Públicas – Leis Orçamentárias

Período: LDO: abril a junho

LOA: setembro a dezembro

PPA: agosto a dezembro

Periodicidade: circunstancial

[illegible]



Procedimento: Audiência Pública – Metas Fiscais

Período: fevereiro, maio e setembro

Periodicidade: quadrimestral

[illegible]



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

14

A ata e lista de presença foram declaradas?									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Procedimento: Controle do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Período: julho e janeiro

Periodicidade: semestral

PERGUNTA	ESCALA				CRITÉRIOS				CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	EVIDÊNCIA / OBSERVAÇÃO
	Sim	Não	Parcial	Não se aplica	Materialidade Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Relevância Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Criticidade Baixa (1) Média (2) Alta (3)	Pontuação	Baixo (até 4) Médio (5 a 7) Alto (8 a 9)	
Foi formalizada a publicação no diário oficial do Município nos termos da Agenda de Obrigações do Tribunal de Contas, especialmente no que se refere ao cumprimento do prazo?										
Foi dada publicidade do RGF na página do Tce-pr?										

Procedimento: Controle de gasto com pessoal

Período: janeiro a dezembro

Periodicidade: mensal/contínua

PERGUNTA	ESCALA				CRITÉRIOS				CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	EVIDÊNCIA / OBSERVAÇÃO
----------	--------	--	--	--	-----------	--	--	--	------------------------	------------------------

15

[illegible]

[illegible][illegible]



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

17

ano anterior está sendo observada para fins de cálculo do limite de repasse do duodécimo do Poder Legislativo (7%)?										
Está sendo respeitado o total de gastos do Poder Legislativo no exercício corrente para fins de cumprimento dos limites constitucionais?										
Há observância do limite máximo de 70% da receita da Câmara com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores?										
Houve extrapolação dos limites constitucionais com pessoal? Estão sendo tomadas as devidas providências para redução da despesa para recondução aos limites legais e o que está sendo feito?										

Procedimento: Sistemas de Informações – SIM-AM e SIAP

Período: janeiro a dezembro

Periodicidade: bimestral

PERGUNTA	ESCALA	CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	EVIDÊNCIA / OBSERVAÇÃO
----------	--------	-----------	------------------------	------------------------

[illegible]

Procedimento: Prestação de Contas Anual – PCA

Período: janeiro a março

Periodicidade: circunstancial

[illegible]



A documentação necessária para elaboração do relatório de Controle Interno, parte integrante da PCA está em dia?									
O prazo estabelecido pelo TCE para envio da Prestação de Contas foi cumprido?									
O escopo e itens de análise está sendo atendido nos termos da legislação aplicável e se a documentação necessária para autuação do processo da PCA está sendo contemplada?									
Houve fato não abrangido no escopo de análise, mas, apurado em outras circunstâncias pelo TCE (procedimentos específicos de fiscalização)? Se sim, qual foi? Foi resolvido? Houve Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA?									
A conclusão das contas da Câmara referente o Exercício financeiro foram pela regularidade/regularidade com ressalvas/regularidade com recomendações/irregularidade?									
Em caso de regularidade com ressalva ou recomendações, qual foi o motivo? Foram									



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

20

indicadas sanções e medidas legais aplicáveis?									
Em caso de irregularidade, qual foi o motivo? Foram evidenciadas e delimitadas as responsabilidades? Foram indicadas as sanções e medidas legais aplicáveis?									
As remessas mensais do SIM-AM foram devida e tempestivamente enviadas para posterior protocolização do processo da PCA?									
O Relatório do Controle Interno foi enviado? Contemplou os elementos exigidos pelo TCE na Instrução Normativa do escopo? As atividades desenvolvidas pelo CI estão sendo descritas no relatório? A metodologia utilizada está descrita?									
O balanço patrimonial foi publicado tempestivamente?									
O RGF foi publicado tempestivamente?									

Procedimento: Análise dos Processos Licitatórios

Período: março, junho, setembro e dezembro

Periodicidade: trimestral

[illegible]

[illegible]

Procedimento: Análise dos Processos de concessão de diárias

Período: janeiro a dezembro

Periodicidade: mensal/contínua

[illegible]

[illegible]

[illegible]

25

25

25

25

25

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Procedimento: Análise do almoxarifado e material de consumo

Período: abril, agosto e dezembro

Periodicidade: quadrimestral

[illegible]

[illegible]

Procedimento: Acompanhamento, monitoramento e avaliação do Índice de Transparência da Administração Pública - ITP-TCE/PR

Período: janeiro a dezembro

Periodicidade: anual/contínua

[illegible]



ESTADO DO PARANÁ

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Câmara Municipal

Ouvidoria										
LGPD e Governo Digital										
Atividades Finalísticas										

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano poderá ser ajustado ao longo do exercício para atender demandas emergenciais, determinações do Tribunal de Contas ou necessidades da Mesa Diretora.